

**LEI Nº 1220 / 2002.**

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A  
PERMISSÃO DE USO A TÍTULO  
PRECÁRIO DE IMÓVEL PÚBLICO.**

O Povo de Ribeirão Vermelho MG por seus representantes legais, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art.1º** - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do artigo 101 da Lei Orgânica Municipal, a permitir direito de uso a título precário de um imóvel com 280 m<sup>2</sup>, com todas suas benfeitorias e área construída, situado na Rua Antônio Pereira, nº 48, nesta cidade, à empresa Patrícia Lucinda Pereira, (ME) – G&P – Expositores Artesanais, inscrita no CNPJ nº 03.922.659/0001-93, Inscrição Estadual nº 382.098056.0036.

**Art.2º** - A permissão será para fins exclusivos de instalação de empresa e funcionamento no seu ramo de atividade.

**Art.3º** - A permissão que se trata o artigo 1º será pelo prazo de 10 ( dez ) anos, podendo ser prorrogado por igual período de acordo com o interesse das partes.

**Parágrafo Único** – O permissionário terá o prazo de 06 (seis) meses a partir da publicação do Decreto do Executivo, para comprovar o seu efetivo funcionamento, que se dará através da licença de funcionamento.

**Art. 4º** - A permissão de uso a título precário fará através de Decreto-Executivo onde constará o prazo e normas a serem cumpridas.

**Art. 5º** - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal Nº 982 de 07 de Novembro de 1996, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Ribeirão Vermelho, 22 de Maio de 2002.**

**Célio Carlos de Carvalho**  
**Prefeito Municipal**

**Míriam Cristina da Purificação Faria**  
**Secretária**